

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 654 - Brasília, quinta-feira, 19 de março de 1998



O texto aprovado pela comissão prevê que as isenções fiscais deverão obedecer a critérios definidos em resolução a ser aprovada por maioria absoluta do Senado

CCJ define proposta para acabar com guerra fiscal

Substitutivo adotado pela comissão, que já está pronto para votação em primeiro turno no plenário, dá poderes ao Senado para definir os limites à concessão de incentivos pelos estados e pelo Distrito Federal

Jogo agrava problemas, diz Serra

José Serra condena a proposta de legalização dos cassinos. Ele adverte que a aprovação do projeto poderá "agravar os problemas sociais". **Página 3**

Emenda de Simon tem prioridade

Imunidade estará em pauta na próxima reunião da CCJ. **Página 5**



As concessões de quatro emissoras de rádio localizadas nos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Pará e Amazonas foram renovadas ontem pelo plenário do Senado. As emissoras estão agora autorizadas a continuar funcionando por mais 10 anos. **Página 3**

Está pronta para votação em plenário a emenda constitucional do senador Waldeck Ornelas que se destina a acabar com a guerra fiscal. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo do senador Lúcio Alcântara, que acata quatro das seis emendas apresentadas em plenário à proposta. O texto adotado pela CCJ dá poderes ao Senado para definir as condições em que os estados e o Distrito Federal poderão conceder benefícios fiscais referentes ao ICMS. O substitutivo estabelece que os incentivos concedidos até a promulgação da emenda constitucional ficam mantidos pelo prazo original. **Página 4**

Quintanilha defende conclusão da Norte-Sul

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) defendeu ontem a conjugação de esforços entre União e estados para a retomada das obras de conclusão da ferrovia Norte-Sul, que, conforme afirmou, é uma necessidade imperiosa para o desenvolvimento do país. Ele disse que, a exemplo do que aconteceu no Tocantins em relação à hidrelétrica de Lajeado, a ferrovia Norte-Sul também pode ser transferida à iniciativa privada para reduzir o chamado "custo Brasil".

- A conclusão da Norte-Sul será a solução para os problemas do transporte de cargas no Brasil e a grande alternativa para que o país possa encontrar o verdadeiro caminho do progresso e da prosperidade - frisou.

Ao avaliar o problema do desemprego e a escalada da



Quintanilha acredita que a ferrovia será solução para o transporte de cargas

violência no país, o senador afirmou tratar-se de questões que exigem providências imediatas. "Devemos buscar solução para os problemas que infelicita o povo brasileiro. É responsabilidade da União, e também de estados e municípios, gastar menos do que arrecadam para poder investir no social", disse.

Quintanilha destacou as obras de infra-estrutura que o Tocantins, com a participação

do governo federal, está desenvolvendo nos setores rodoviário e energético. Ele informou que a hidrelétrica de Lajeado, por exemplo, representa 18 mil quilômetros de rede elétrica em benefício do produtor rural tocantinense.

- A exemplo do Tocantins, todos os estados deveriam investir em busca de alternativas para que possam ajudar o crescimento do país - ponderou.

Jefferson acha que Aneel normalizará o setor elétrico

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) destacou ontem a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), assinalando que esse setor precisava de duas coisas: uma lei reguladora atualizada e uma agência fiscalizadora autônoma. Falha constitucional que, segundo ele, pode explicar os problemas atuais em algumas regiões do país.

Para o senador, a falta constante de energia elétrica no Rio de Janeiro e em Manaus foi resultado da ausência de lei específica (só promulgada no início de 1997) e

Jefferson prevê que atuação da Aneel reduzirá risco de novos blecautes



da criação de uma agência, instalada apenas no final do ano. "Com a presença desses dois fatores, os problemas certamente não se teriam acumulados a ponto de desaguar numa crise de graves proporções, como ocorreu", afirmou.

Jefferson Péres acredita que a partir da criação da Aneel a privatização na área de energia, que desperta compreensíveis temores em muitos habitantes de Manaus, ficará sob razoável monitoramento do poder concedente.

Senadores lembram centenário do poeta

A primeira parte da sessão plenária de hoje será dedicada ao registro do centenário de falecimento do poeta simbolista Cruz e Sousa. Os senadores Esperidião Amin (PPB-SC), Artur da Távola (PSDB-RJ), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Francelino Pereira (PFL-MG), José Fogaça (PMDB-RS), Benedita da Silva (PT-RJ), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Abdias Nascimento (PDT-RJ) farão discursos sobre a importância da vida e da obra do poeta.

Instituído mediante resolução de iniciativa de Abdias Nascimento e Esperidião Amin, o

Prêmio Cruz e Sousa está com suas inscrições abertas até 15 de maio. Receberão R\$ 10 mil de prêmio os primeiros colocados nas categorias *estudante* (para alunos de graduação e pós-graduação) e *geral* (para poetas, escritores etc.)

A sessão plenária do Senado será transmitida, ao vivo, pela TV e pela Rádio Senado, a partir das 14h30. Informações sobre o concurso podem ser obtidas no Conselho do Prêmio Cruz e Sousa, na Diretoria Geral do Senado, pelos telefones (061) 311-4229 ou pelo fax (061) 323-4340.

Seminário discute comunidades negras

Termina hoje o seminário "Comunidades Quilombolas e Preservação Cultural", no Auditório Patrônio Portella, do Senado. O evento, promovido pela Fundação Cultural Palmares, foi aberto ontem de manhã, com a atriz Lúcia Gatto declamando poemas de Cruz e Sousa, e prosseguiu à tarde, com o pronunciamento da senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

Após uma mesa-redonda com historiadores, jornalistas e professores, os participantes puderam assistir, no final da tarde, a uma apresentação dos músicos Paulo Moura e Jorge Simas e da cantora e compositora Leci Brandão.

Hoje de manhã, haverá de-

bates sobre cultura quilombola e manejo ecológico, com técnicos do Ibama, da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), da Comunidade de Ivaporanduva e da Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais.

À tarde, serão discutidos os temas "Patrimônio Cultural Brasileiro", "Cidadania" e "Direitos Humanos - Garantia Constitucional", com o advogado Hélio Silva Júnior, a antropóloga Eliane Cantarino, representantes da Fundação Palmares, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Ministério da Justiça e do Congresso Nacional.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Agenda em aberto

Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a registrar a passagem do centenário de falecimento do poeta simbolista Cruz e Sousa

Oradores inscritos: senadores Esperidião Amin, Artur da Távola, Ronaldo Cunha Lima, Francelino Pereira, José Fogaça e Casildo Maldaner

Apresentação de diversas matérias, destacando-se: Discussão da redação final do "Projeto de Resolução

nº 8/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 57 milhões, de principal, des tinada ao financiamento, parcial, da primeira etapa do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, de interesse do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

ESPECIAL

9h - Seminário "Comunidades Quilombolas e Preservação Cultural". Auditório Patrônio Portella.

O senador adverte que a reabertura do setor não atrairia divisas nem criaria empregos, além de agravar os problemas sociais já existentes no país

Serra condena a legalização dos cassinos

O senador José Serra (PSDB-SP) manifestou-se ontem contra o projeto, em tramitação no Senado, que legaliza os cassinos no Brasil. Para ele, é falsa a idéia de que isso aumentaria os empregos no país.



Serra não vê vantagens no projeto

"Qual turista estrangeiro deixará de jogar em Las Vegas ou em Monte Carlo para vir jogar numa cidade brasileira?", indagou o senador, sustentando que "os cassinos não trarão dólares e ainda aumentarão os problemas sociais", pois os recursos sairão do bolso dos jogadores, principalmente da classe média para baixo. "Não haveria nenhuma riqueza acrescentada de forma produtiva; as pessoas deixariam de gastar em comida, roupa, bem-estar, para usar o dinheiro nas roletas ou nos caça-níqueis. Pode criar emprego no cassino, mas tira o emprego em outros locais", observou.

José Serra lamentou que algumas pessoas usem o argu-

mento de que suas regiões sairão ganhando, mesmo que o país perca, porque instalarão cassinos, enquanto outras não têm condições de atraí-los. Trata-se, advertiu, de uma "doce ilusão", porque logo existirão centenas de cassinos no país, se o projeto for aprovado, e estados e municípios começarão uma "guerra do jogo", sempre com isenção de impostos.

Depois de afirmar que entre os interessados na abertura dos cassinos estão "brasileiro-estadunidenses provavelmente

te ligados à máfia", José Serra citou estudos feitos no estado de Wisconsin (EUA) pelo economista Ricardo Gazel, ex-professor da Universidade de Nevada e hoje funcionário do banco central dos EUA, mostrando o lado negativo dos cassinos. Conforme esses estudos, a dívida média dos jogadores compulsivos é de US\$ 35 mil, 60% deles já pensaram em suicídio por causa do jogo, 20% tentaram se matar e cada jogador viciado custa ao estado entre US\$ 10 mil e US\$ 30 mil por ano com saúde e Justiça. Até mesmo em Las Vegas há problemas, acentuou o senador: lá, 8,5% dos adultos têm alguma dificuldade ligada ao jogo. Em Nevada, estado onde fica Las Vegas, estão os maiores índices de abuso e negligência com crianças nos EUA: "Atrás das dívidas dos jogadores vêm a perda de produtividade, as tentativas de desfalques e a inadimplência com o fisco".

Serra informou, ainda, que,

segundo o Instituto Americano de Seguros, 40% dos crimes de colarinho branco nos EUA têm origem no jogo.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, disse não concordar com a prioridade que o assunto vem merecendo no Congresso, pois foi aprovado pelos deputados e, no Senado, já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Pedro Simon (PMDB-RS), que também discordou da rapidez com que o assunto é tratado, criticou "a jogatina em que se transformou nossa televisão, com o prefixo 0900", e informou que está pensando em apresentar projeto para proibir esse tipo de sorteio. Leomar Quintanilha (PPB-TO) acentuou que via os cassinos com simpatia até agora, imaginando que eles atrairiam dólares e criariam empregos. "Em razão dos argumentos contrários, vou estudar o assunto com maior profundidade", adiantou.

Waldeck propõe redistribuir verbas do SUS

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) defendeu ontem a aprovação de projeto de sua autoria objetivando desconcentrar as transferências federais destinadas às ações e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), que favorecem estados e regiões com grandes redes de saúde e possuidores de tecnologias médicas mais sofisticadas. Pelo projeto, do total de recursos transferidos a estados, municípios e Distrito Federal, 75% serão distribuídos diretamente, de forma regular e automática, segundo o quociente de sua divisão pelo número de habitantes.

A proposta, apresentada no dia 10, prevê que o total dessas transferências deverá ser de no mínimo 50% dos recursos do SUS, e que a União poderá exigir contrapartida, desde que os per-

centuais que caberão a estados e municípios sejam anualmente fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Em apoio ao seu projeto, o senador informou que, em 1996, a média nacional de gastos do SUS foi de R\$ 50,24 por habitante e apenas seis estados receberam recursos acima dessa média, "sintomaticamente, aqueles com maior rede de saúde e recursos tecnológicos". Roraima, Amapá, Pará, Amazonas e Acre, por exemplo, apesar de suas evidentes carências, ficaram com quase metade da média nacional por habitante. Isso, a seu ver, demonstraria a injustiça de uma política denominada social.

- Nesse sentido, não há o que discutir: em políticas sociais o critério básico é o populacional - reiterou.

Os dados relativos à distri-



Waldeck quer desconcentração

buição dos recursos do SUS também evidenciam, conforme o senador, a existência de concentração dentro de estados já mais beneficiados. O Norte, com 7,2% da população brasileira, recebeu, em 1996, 4,4% do total de recursos do SUS; o Nordeste, com 29%, recebeu 23,7%; já o Sudeste, com 42,4%, ficou com 48,9% do total, enquanto São Paulo, com 21,6% da

população, obteve 26,9%.

Na justificativa de sua proposta, Waldeck considera que a razão das distorções está no sistema de pagamento por procedimento: como os recursos são transferidos segundo os critérios da quantidade e do tipo de assistência prestada, "as unidades federadas com maior rede e, principalmente, com maior capacidade instalada para realizar procedimentos mais complexos tecnologicamente - e, portanto, mais caros - ficam com a maior parte do dinheiro".

As principais modificações destacadas pelo senador em sua proposta reinstituem dispositivos da Lei Orgânica da Saúde, de 1990, que, aprovados pelo Congresso, foram vetados à época pela Presidência da República.

Renovadas concessões de 4 emissoras

O plenário do Senado aprovou ontem a renovação de concessão de mais quatro emissoras de rádio, localizadas no Paraná, Mato Grosso do Sul, Pará e Amazonas. Com a votação, elas estão autorizadas a continuar funcionando por mais 10 anos.

Foram beneficiadas a Rádio Auriverde de Pitanga, na cidade do mesmo nome (PR), a Dourados do Sul, de Dourados (MS), a Guarany, de Santarém (PA) e a Rádio TV Tropical, de Manaus (AM).

As renovações foram relatadas favoravelmente pelos senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Ramez Tebet (PMDB-MS), Coutinho Jorge (PSDB-PA) e Jefferson Péres (PSDB-AM), respectivamente.

Josaphat critica provão para dispensa de servidores

Em entrevista à TV Senado, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) manifestou-se contrário à idéia do Ministério da Administração de realizar um provão para selecionar os servidores públicos estáveis a serem demitidos. "Ao invés de demitir, o governo deveria promover a reciclagem dos funcionários", afirmou Josaphat Marinho no programa, que vai ao ar hoje às 7h, 9h30, 12h15 e 18h45.



Josaphat não aceita o provão

Dutra pede vista para crimes hediondos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concedeu ontem, ao senador José Eduardo Dutra (PT-SE), vista de projeto de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que institui procedimento especial sumário para o julgamento de crimes hediondos. Dutra terá um prazo regimental de cinco dias para analisar a proposta.

O parecer do relator, senador Esperidião Amin (PPB-SC), é favorável ao projeto. Ele assinala que a iniciativa atende aos preceitos constitucionais e ressalta ser notório que o atual procedimento criminal é por demais moroso e que "Justiça lenta não é Justiça". Segundo o senador, o projeto do senador Antonio Carlos Magalhães viria corrigir essa distorção.

Adotando maior agilização judicial, o projeto prevê o princípio da concentração dos atos processuais, permitindo que uma sentença seja proferida em até 90 dias após a denúncia do Ministério Público.

Em sua justificativa, Antonio Carlos argumenta que o crime hediondo agride a consciência jurídica do país e exige ação pronta e eficaz da Justiça, sem prejuízo da observância do princípio constitucional da ampla defesa. O senador acrescenta que a proposta rápida da Justiça evita a vingança privada e o caos.



Dutra: cinco dias para análise

Comissão de Justiça aprova quatro das seis emendas ao texto que dá poderes ao Senado para definir limites à concessão de incentivos destinados a atrair empresas

Proposta contra guerra fiscal vai a plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprovou ontem substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a c a t a n d o quatro das seis emendas de plenário à proposta de emenda constitucional do

senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que dá poderes ao Senado para definir as condições em que os estados e o Distrito Federal poderão conceder benefícios fiscais referentes ao ICMS.

Segundo Waldeck, o objetivo da proposição é acabar com a chamada guerra fiscal entre os estados, para atração de empresas. De acordo com o substitutivo, os estados e o Distrito Federal poderão conceder isenção ou benefício fiscal, desde que obedecendo aos critérios a serem definidos por resolução do Senado - de iniciativa do presidente da República ou de um terço dos senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros.

O substitutivo prevê ainda que as isenções, incentivos e os benefícios fiscais, creditícios e financeiros relativos ao ICMS ficam mantidos pelo prazo determinado originalmente, desde que concedidos até a promulgação da emenda constitucional proposta por Waldeck.

Os subsídios, isenções, reduções de base de cálculo, concessões de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições só poderão ser concedidos mediante lei específica federal, estadual ou municipal, diz ainda o substitutivo. A proposta será submetida a votação em primeiro turno, pelo plenário.



Na reunião, os senadores discutiram uma solução para a guerra fiscal entre os estados



Waldeck é autor da proposta



Alcântara relatou emendas

Audiência pública discutirá juiz classista

Atendendo a requerimento dos senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e Emília Fernandes (PDT-RS), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizará audiência pública para discutir a proposta de emenda constitucional de autoria do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) que propõe a extinção do cargo de juiz classista. A data da audiência ainda não foi marcada.

A proposta foi acolhida pela CCJ, em outubro do ano passado, na forma do substitutivo de autoria de Jefferson Péres, e com emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que restabeleceu a figura do vogal classista temporário nas Juntas de Conciliação e Julgamento. Caberá agora à comis-

são examinar as emendas que foram oferecidas em plenário.

Conforme solicitação do senador Jefferson Péres, relator da proposição, serão ouvidas em audiência pública duas autoridades no assunto - uma favorável e outra contrária à proposta.



Miranda: fim dos classistas

CCJ estuda política de cotas para negros

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), instalou ontem subcomissão para estudar mecanismos de proteção social aos negros. O grupo, composto pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Roberto Requião (PMDB-PR), Jefferson Péres (PSDB-AM) e Abdias Nascimento (PDT-RJ), analisará a possibilidade de criação de legislação garantindo cotas para os negros no ingresso nas universidades e no serviço público. A subcomissão foi criada a partir da discussão do projeto de lei de Abdias Nascimento que reserva 40% dos cargos públicos para os cidadãos negros.

Em defesa da proposta, o senador Roberto Requião, relator, afirmou que é a hora de o país promover um resgate das injustiças cometidas contra as populações negras, independente das "filigranas jurídicas que possam comprometer a constitucionalidade do projeto".

Jefferson Péres lembrou a importância do tema, ressaltando, entretanto, a possibilidade de que a política de ação afirmativa se transforme em "discriminação às avessas".

- Imaginemos a situação em que um candidato branco, pobre, perdesse sua vaga para um candidato negro, de boas condições financeiras, que houvesse obtido classificação inferior. A indagação óbvia é se a lei estaria a cumprir satisfatoriamente sua finalidade principal de realizar justiça e o bem comum - observou Jefferson Péres.

A subcomissão tem 30 dias para apresentar uma proposta de legislação de cotas adequada às leis de combate ao racismo e à Constituição.

Arruda denuncia uso político de inquérito

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) encaminhou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, documentação relativa a um inquérito policial que tramita no Distrito Federal e cujas informações sigilosas estariam, conforme o parlamentar, sendo manuseadas com fins eleitorais pelos seus adversários políticos.

- Fiz questão de encaminhar o teor desse inquérito ao presidente para ser enviado à



Arruda pede pressa na apuração

Corregedoria do Senado. Já conversei com o senador Romeu Tuma, corregedor da Casa, e pedi a ele que solicite a cópia integral do inquérito, no qual um cidadão desconhecido cita meu nome na tentativa de se livrar de algo ilegal a ele atribuído.

Arruda disse ainda que, por se tratar de inquérito em trânsito na polícia, sujeito a decisão judicial, não queria divulgá-lo. No entanto, no momento em que outras pessoas querem fazer uso eleitoral desse fato, fez questão de se antecipar, a fim de que o corregedor do Senado tome as providências cabíveis. Ele entende que isso é necessário para a celeridade do inquérito e para que não só o responsável seja punido, como também "os outros" que quebra o sigilo do inquérito.

Na presidência da sessão, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) informou que o pedido de Arruda será atendido, na forma do Regimento Interno do Senado.

Amorim aceita reeleição, mas com afastamento

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) manifestou ontem confiança em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao regulamentar as eleições deste ano, não permitirá que o presidente da República e os governadores disputem a reeleição permanecendo no cargo. "Se isto acontecer, apresentarei uma simples proposição de prorrogação de mandato dos atuais detentores desses cargos. Isso nada custará à nação e atenderá aos interesses dos atuais poderosos de plantão", enfatizou.

Para Amorim, o governo não cumpriu sua promessa quando aprovou a emenda da reeleição no Congresso. Na ocasião, segundo o senador, houve o entendimento de que o governo enviaria depois um projeto exigindo que os candidatos à reeleição se afastassem dos cargos executivos seis meses antes ao pleito.

- É uma deslealdade com o candidato comum que disputará um cargo contra quem

está no poder. Isso é uma aberração - protestou.

O senador citou seu estado, onde o governador Valdir Raupp "gasta rios de dinheiro em publicidade, visando à reeleição, enquanto o povo sofre com doenças e a segurança do estado, limítrofe da Bolívia e vulnerável ao tráfico de drogas, está relegada ao descaso".

- Estou certo de que a independência dos ministros do TSE sepultará a pretensão dos que querem disputar a reeleição sentados em suas cadeiras e usando a máquina do Estado a seu favor - concluiu.



Amorim confia no TSE

Proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Pedro Simon vai ser analisada na próxima reunião da comissão

Discussão da imunidade será prioritária na CCJ

A proposta de emenda à Constituição que dispõe sobre a imunidade parlamentar, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), terá prioridade na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A sugestão, apresentada pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e José Eduardo Dutra (PT-SE), foi acolhida pela Mesa da comissão na reunião de ontem.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) se disse preocupado com a pressa em discutir a imunidade parlamentar em função das pressões da opinião pública. "Não podemos votar um projeto sobre imunidade parlamentar de bate-pronto", afirmou.

Pedro Simon também condenou a pressa tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado na discussão da imunidade par-



Simon condena debate apressado

lamentar, especialmente depois do caso do edifício Palace II, no Rio de Janeiro, envolvendo o deputado Sérgio Naya. Mas lembrou que a proposta de sua autoria já tramita na Casa desde 1995 e tem uma boa oportunidade para ser discutida.

- Devemos aproveitar a oportunidade para decidir com serenidade e tranquilidade, e não correndo porque a opinião pública está cobrando. Mas

também não devemos deixar o debate esfriar, para que o projeto não fique engavetado durante anos, como aconteceu com o projeto do Código Civil.

ADIAMENTO

A audiência pública com o ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, que falaria ontem na CCJ sobre a proposta de emenda constitucional que permite a participação de capital estrangeiro na assistência à saúde no país, será realizada na primeira semana de abril.

O adiamento foi solicitado pelo ministro em ofício encaminhado ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da comissão, em que justificou sua ausência por estar atendendo a compromissos inadiáveis até o final de março, inclusive com a Presidência da República.

Ronaldo quer ser julgado pelo STF sem privilégios

"Abro mão de qualquer privilégio, de qualquer prerrogativa, para me submeter a julgamento como cidadão comum, como já o fiz ao ser eleito para o Senado com votação consagradora", disse ontem o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). Ele solicitou à Mesa que ofício do Supremo Tribunal Federal (STF) seja submetido à deliberação do plenário em regime de urgência e também requereu a inclusão, na ordem do dia, de duas propostas de emenda constitucional de sua autoria que modificam o instituto da imunidade parlamentar - as PECs nº 2 e nº 18. Os requerimentos deverão ser votados hoje.

No ofício, o STF, em resposta à acusação formulada contra o senador paraibano antes da eleição que lhe deu o atual mandato parlamentar, solicita ao Senado autorização para processar o senador.

- Entendo que não há neces-

sidade de apresentação de qualquer proposta nova, nem qualquer proposta nova deveria ser apresentada ao sabor da emoção - afirmou, referindo-se à discussão sobre a imunidade parlamentar, surgida após o desabamento do Palace II e o envolvimento do deputado Sérgio Naya.

Segundo Ronaldo, primeiro-secretário da Mesa Diretora, tramitam no Senado 15 propostas de emenda constitucional referentes à imunidade parlamentar, duas das quais são de sua autoria e já obtiveram, na CCJ, pareceres favoráveis dos respectivos relatores, senadores José Fogaça (PMDB-RS) e José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

Com a PEC nº 2, Ronaldo propõe que o Senado tenha 60 dias para julgar os pedidos de processo contra parlamentares. Não tendo se manifestado nesse tempo, a autorização da Mesa estará automaticamente concedida, explicou. Com a PEC nº 18, por



Ronaldo: "Povo já me julgou"

outro lado, o senador defende que a imunidade parlamentar não se aplique a crimes comuns porventura cometidos por parlamentar.

- Já que fui julgado pelo povo da Paraíba nas últimas eleições, também quero ser julgado por essa Casa e por quantos tribunais forem necessários - reiterou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor de uma das 15 propostas sobre imunidade parlamentar, registrou seu apoio a Ronaldo Cunha Lima.

Napoleão critica livro que discrimina Piauí

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) denunciou um erro da Módulo Editora e Desenvolvimento Educacional, empresa de Curitiba que editou um livro de geografia sob encomenda do Ministério da Educação e excluiu o estado do Piauí do mapa geográfico e político brasileiro. Com um "mistio de indignação, tristeza, revolta e perplexidade", o parlamentar pediu o encaminhamento de ofício ao ministro da Educação, solicitando providências para a reparação do erro e punição da editora.

No entender de Napoleão, a atitude da editora Módulo é um "acinte a todos os piauienses" e uma demonstração, também, de que o Ministério da Educação deve ficar mais atento e fiscalizar, de forma mais efetiva, os processos de elaboração dos livros didáticos, destinados às escolas brasileiras. A publicação é o livro *Geografia: Segunda Série do Primeiro Grau*, de autoria dos professores Herculano de Souza e Carmem Lúcia Gabardo. O senador lamentou e repudiou, ainda, a apreciação "depreciativa" do fato feita pelo apresentador Jô Soares, em seu programa da TVS, ainda que posteriormente o apresentador tenha pedido desculpas ao povo do Piauí.

Hugo Napoleão classificou



Napoleão: indignação e revolta

o livro como "exemplo explícito da pedagogia da pilhéria e do uso fácil e abusivo do dinheiro público, em detrimento dos interesses nacionais e de uma coletividade". A descoberta do erro, revelou o senador, foi feita graças ao criterioso trabalho do Instituto de Ensino Dom Barreto, do Piauí. Em seu ofício ao ministro da Educação, ele pede a imediata retirada de circulação do livro, que informe ao Senado e ao povo do Piauí quais as providências legais, administrativas e pedagógicas que está adotando, além de punir "exemplarmente" a editora e requerer ao Ministério Público a avaliação da possibilidade de promover ação judicial para "apuração das responsabilidades civis, administrativas e penais, se for o caso".

Leonel registra posse de Cabral Jr. na Abap

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) comunicou ontem a posse de Paulo Cabral Jr. como vice-presidente da

Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), em solenidade realizada na Nacional Club de São Paulo.

- Paulo Cabral Jr. é por demais conhecido em Brasília pela sua qualificação profissional e, certamente, a empenhará em prol da publicidade brasileira - disse.

O senador também parabenizou o jornalista Paulo Cabral, pai do homenageado e diretor-presidente dos Diários Associados; Dalton Pastore, que assumiu outra vice-presidência da Abap; e Flávio Corrêa, atual presidente da associação.



Leonel elogiou o publicitário

Vontade política dos governos federal e estaduais seria, na opinião do senador pernambucano, fundamental para expansão do setor

Wilson vê no turismo saída para desemprego

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) fez um apelo ontem para que o governo federal e os governos estaduais invistam no setor de turismo. Ele destacou que o desenvolvimento dessa área depende, principalmente, da vontade política, já que o país dispõe de belezas naturais e conta com oferta de investimentos por parte da iniciativa privada nacional e estrangeira.

- Numa hora em que vivemos aflitos com o crescimento do desemprego em nosso país, é no mínimo intrigante o descaso com que nossas autoridades vêm tratando o turismo - afirmou. O senador espera que os futuros governantes acordem para esse problema "porque resolvê-lo significa a solução para milhões de famílias que vivem hoje o pesadelo da falta de emprego".

Carlos Wilson disse, ainda, que a busca do engajamento da máquina administrativa, que



Carlos Wilson revelou que o Brasil ocupa o 42º lugar entre os países mais visitados

teve início no governo Fernando Collor, fechou a maioria das representações da Embratur, prejudicando o turismo nacional. Além disso, a empresa gasta no exterior com propaganda sobre o Brasil menos do que a Jamaica.

Em decorrência dessa política, o senador informou que o Brasil ocupa apenas o 42º lugar entre os países mais visitados por turistas estrangeiros, recebendo em média somente 2 milhões de pessoas por ano. Enquanto isso, 60 milhões de turistas visitam a França e 45

milhões a Espanha.

Carlos Wilson advertiu que o mais sério dessa questão é que o turista brasileiro começa a se voltar, cada vez mais, para fora do país, o que faz com que o Brasil registre hoje um déficit de quase US\$ 4 bilhões na conta de turismo.

Finalmente, o senador lamentou que Recife já não ocupe mais uma posição de destaque no ranking das cidades mais procuradas pelos turistas, conforme dados da Associação Brasileira de Agentes de Viagem (Abav).

Ignácio propõe prazo maior para financiamento de hotéis

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto de lei que altera o prazo de financiamento, pelo Fundo Geral de Turismo (Fungetur), para construção de hotéis de turismo. Ele propõe um período mínimo de seis anos para amortização e quatro de carência. Nos prazos atuais, justifica, os empreendimentos não têm tempo para ser concluídos e formar uma clientela, antes de serem obrigados a honrar as parcelas dos créditos tomados.

O Decreto-Lei 1.191, de 1971, fixou os incentivos fiscais para o setor turístico e criou o Fungetur para financiar obras, serviços e atividades consideradas de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional. Na avaliação de José Ignácio Ferreira, o decreto estabeleceu um prazo de financiamento "inadequado para es-

timular o crescimento do setor". A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) fará a apreciação do projeto em caráter terminativo.

Depois de classificar a construção de hotéis de turismo como o verdadeiro calcanhar-de-aquiles do setor, o senador capixaba justificou sua convicção de que os atuais prazos para liquidação dos financiamentos - três anos para amortização e dois anos de carência - são "inquestionavelmente

curtos". Apenas a construção do hotel leva mais de um ano, argumenta, consumindo-se outros três para torná-lo conhecido e formar uma clientela.

José Ignácio Ferreira conclui, em função disso, que não se pode conceber um prazo de amortização inferior a cinco anos. Com a mudança, confia o senador, "podemos evitar as crises de insolvência que ameaçam o setor hoteleiro de turismo".



José Ignácio quer duplicar os prazos para pagamento dos empréstimos

Senadora lembra criação do documento, afirmando que ele se tornou elemento de sinalização das novas relações de consumo

Júnia: Código do Consumidor é instrumento de cidadania

Ao celebrar ontem a criação, há sete anos, do Código de Defesa do Consumidor, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) disse que esse texto legal transformou-se num dos mais utilizados instrumentos do exercício de cidadania no Brasil. Em sua opinião, esse documento tornou-se o principal elemento de sinalização das novas relações de consumo.

Júnia observou que até a criação desse código, o país assistia ao acirramento das relações entre consumidores e empresas, gerando denúncias e demandas cada vez mais intensas. Segundo a senadora, a realidade mostrou que a luta dos que fizeram esse código estava perfeitamente afinada com as aspirações do povo.

Mas Júnia Marise pregou a necessidade de aperfeiçoamentos para que o país possa atingir um estágio de pleno respeito aos direitos dos consumido-



Júnia quer aperfeiçoamento da lei

res. Ela condenou a ineficiência dos serviços de saúde e educação, assim como o atendimento dado aos aposentados e trabalhadores nos postos do INSS. Censurou também a ideia de enviar para os serviços de proteção ao crédito os nomes dos mutuários inadimplentes com o sistema financeiro de habitação. Conforme a senadora, este é um fato inédito na história do Brasil e uma

exorbitância da Caixa Econômica Federal.

A senadora disse que o cidadão brasileiro precisa ser mais bem tratado pelas autoridades, as quais precisam encontrar saídas urgentes para a melhoria destes serviços. Ela pediu o aumento dos postos de atendimento do Procon, assim como das delegacias de defesa do consumidor. Solicitou também mais varas e defensorias públicas especializadas nesse assunto.

Júnia sugeriu que o Senado promova um amplo debate a fim de coibir abusos e conter a propagação enganosa e as fraudes cometidas contra os consumidores, como a que revelou a existência de um laboratório que vendia medicamentos falsos. Em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que o Amapá é o único estado da Federação que não possui um órgão de defesa do consumidor.

Galícia pode ser porta de entrada para o Brasil na Europa, diz Maldaner

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressaltou ontem, no plenário, a importância do Brasil dinamizar suas relações com a Galícia, província do norte da Espanha, podendo servir de porta de entrada para os produtos brasileiros na União Européia. "O presidente da província, Manuel Fraga Iribarne, visitou recentemente meu estado, Santa Catarina, onde fechou um importante negócio de compra de 300 toneladas de atum, da empresa Kowalski, de Itajaí", afirmou.

Fraga também esteve em Brasília, em contato com várias autoridades do governo

e visitou o Senado, disse Maldaner. "A Galícia é conhecida como a 'Suíça Espanhola' e tem como capitais a famosa Santiago de Compostela e a cidade de Vigo. Seus laços com o Brasil são muitos, em especial pela presença de mais de 600 mil espanhóis que aqui fixaram residência, constituindo-se a terceira maior colônia de estrangeiros no Brasil, depois dos portugueses e italianos."

O senador catarinense relatou que a Galícia possui muitas semelhanças com Santa Catarina: clima, expectativa, qualidade de vida e a indústria do pescado. A troca comercial também é abundante e, entre



Maldaner: vantagens comerciais

91 e 95, foram celebrados vários acordos de intercâmbio com a província, como *joint-ventures* e protocolos tecnológicos. "Com a inauguração do Espaço Mercosul, fórum de integração entre a Galícia e os países do Pacto, a aproximação será profícua. Teremos os consulados dos quatro países e um escritório da Junta da Galícia funcionando em Santa Catarina, fato que certamente trará bons negócios", concluiu.



Jucá: agradecimentos a FHC

Jucá condena gastos do governador de Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) agradeceu ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso pelo envio de R\$ 2 milhões para combater o incêndio que dizima florestas em Roraima e condenou o governador Neudo Campos por gastar R\$3 milhões com publicidade.

Ele registrou a presença do secretário de políticas regionais, Fernando Catão, em Roraima, e o envio, pelo presidente da República, de 100 homens do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal para ajudar no combate ao incêndio.

Mas deplorou o fato de que, enquanto o governo federal envia R\$ 2 milhões para a defesa civil do estado, o governador gasta R\$ 3 milhões só com uma empresa de publicidade de São Paulo, para "mudar um quadro eleitoral que é irreversível".

Mencionando dados da imprensa, Romero Jucá disse que seu estado é campeão de gastos eleitorais com vistas à reeleição - Neudo Campos estaria gastando R\$ 22,00 por eleitor para fazer propaganda do governo do estado. Conforme o parlamentar, isso é o triplo do gasto feito por outros estados.

O senador também disse que a cervejaria Brahma gasta em publicidade o equivalente a R\$ 0,52 por consumidor, enquanto o chefe do governo de Roraima, "que não é o número um, mas um péssimo governador, gasta R\$ 22,00". Noutra comparação, ele disse que Neudo Campos gasta 22 vezes mais com publicidade que a Gessy-Lever, "embora não seja um bom produto".

Presidindo a sessão, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) solidarizou-se com as preocupações de Romero Jucá.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sobre o provão do governo para demissão de servidores públicos

8h - Debate com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o secretário de Assistência do Ministério da Saúde, Antônio Werneck sobre a doação de órgãos

9h30 - Entrevista com o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sobre o provão do governo para demissão de servidores públicos

10h - "Combatendo o Stress" - palestra do médico Antônio Ricardo Teixeira sobre as maneiras de se combater o stress

12h15 - Entrevista com o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sobre o provão do governo para demissão de servidores públicos

13h30 - Debate com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o secretário de Assistência do Ministério da Saúde, Antônio Werneck sobre a doação de órgãos

14h30 - Sessão plenária (vivo) - homenagem pelo centenário de falecimento do poeta Cruz e Souza

18h45 - Entrevista com o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sobre o provão do governo para demissão de servidores públicos

19h30 - Debate com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o secretário de Assistência do Ministério da Saúde, Antônio Werneck sobre a doação de órgãos

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (representação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o secretário de Assistência do Ministério da Saúde, Antônio Werneck sobre a doação de órgãos

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (representação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até às 8h

Documentário a respeito da "praga do século", que já atinge mais de 700 tipos de plantações, foi apresentado durante audiência promovida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Embrapa lança vídeo sobre mosca-branca

Em audiência pública realizada ontem na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), foi lançado um vídeo produzido pela Embrapa sobre a mosca-branca, que na última década passou a ser considerada pela imprensa internacional como "a praga do século". Logo após, houve um debate em torno do assunto.

O senador Freitas Neto (PFL-PI), presidente em exercício da CI, abriu a reunião comentando a importância do combate a essa praga que já atinge mais de 700 tipos de plantações em todo o mundo, como melão, tomate, algodão, abóbora, feijão, pimentão, soja e até plantas ornamentais, entre elas o crisântemo.

Em seguida, foi exibido o vídeo, que mostra a história da disseminação desse inseto e os prejuízos causados nas diversas culturas do país. Em uma das entrevistas mostradas



Comissão promoveu debate após a exibição do documentário

no documentário, o senador José Agripino (PFL-RN), membro da CI, diz como ficou impressionado com essa praga tão devastadora e perigosa para a lavoura brasileira.

Participaram do debate os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Waldeck Ornelas (PFL-BA), Gerson Cama-

ta (PMDB-ES), Beni Veras (PSDB-CE) e Otoniel Machado (PMDB-GO), além do deputado estadual cearense Pedro Julião. A discussão abordou alternativas de combate à mosca-branca, como a monitoração do inseto, o controle biológico e a definição de metas políticas e científicas de trabalho.

O debate teve ainda a intervenção do presidente da Embrapa, Alberto Portugal, do diretor do Departamento de Inspeção Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, José Tadeu, e da pesquisadora Maria Regina Vilarinho.

Suplicy anuncia desocupação de prédios públicos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que, desde a tarde de ontem, os milhares de pequenos agricultores e trabalhadores sem-terra estariam desocupando os prédios públicos do Ministério da Fazenda e do Inerac que invadiram, há dois dias, em São Paulo e em outros oito estados.

Segundo Suplicy, negociações com o ministro da Fazenda permitiram acertar uma audiência de Pedro Malan com uma comissão de parlamentares do PT, ainda ontem, para discutir uma pauta de reivindicações dos trabalhadores. "Posteriormente, o ministro prometeu receber uma comissão dos trabalhadores, para ulimar as decisões sobre as reivindicações."

Entre as reivindicações dos tra-

balhadores, Suplicy citou os aumentos de crédito dos assentados, para R\$ 7.500 (teto I) e R\$ 17.600 (teto II), a prorrogação sumária por 20 anos dos contratos de investimentos das cooperativas e dos assentados e seu enquadramento conforme resolução do Banco Central, determinando 6,5% de juros e três anos de carência. "Eles querem, ainda, a criação de um seguro agrícola, o aumento dos recursos do Programa de Crédito para a Reforma Agrária (Procrea) para R\$ 620 milhões em 1998 e destinação de 20% do Fundo Nacional do Meio Ambiente para o programa, com vistas à recuperação de áreas degradadas e projetos agroflorestais."

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) congratu-



Suplicy negocia com o governo

lou Suplicy por sua ação eficiente de sustar a invasão de prédios públicos, que ele chamou de "repulsivo gesto de guerrilha urbana". Segundo Camata, o MST precisa acabar com as invasões violentas, "porque não se pode quebrar as leis e a Constituição e depois esperar ser atendidos".

PRÉVIAS

O senador Eduardo Suplicy ressaltou a importância da escolha de candidatos do PT a governadores e presidente da República através de debates e prévias, quando surge mais de um postulante, como vem acontecendo nesse momento, no parti-

do. "Essa é a maneira mais democrática de se escolher candidatos, com a militância participando ativamente do processo", definiu.

Segundo o senador paulista, já há prévias marcadas no Distrito Federal e em cinco estados - Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Paraíba. "Em Rondônia já foi escolhido o candidato José Neomar e, para presidente da República, Lula foi escolhido por consenso", disse, anunciando que, nos próximos meses, acontecerá a Convenção Nacional que homologará todas as candidaturas.

TIM MAIA

O senador Eduardo Suplicy considerou ontem, em registro feito durante a Ordem do Dia, "um exagero" cometido pela TV Globo o fato de haver evitado colocar no ar, durante longo período, o cantor Tim Maia, por causa de suas críticas à direção da televisão. Ele disse que a TV Globo repensou o caso e prestou longas homenagens ao cantor, assim que ele se sentiu mal.

Alcântara defende governador

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que os recursos provenientes de privatização de estatais não devem ser exclusivamente empregados no resgate da dívida, mas investidos em obras de real necessidade da população. Ele elogiou o governador do Ceará, Tasso Jereissati, por investir recursos da privatização em um açude.

Apontando a "inclinação" da temperatura no Ceará e a escassez de água, o senador disse que um açude representa obra de alto significado para a população, inclusive pela produção de peixes que é capaz de propiciar. Ele considera temerário para um governante negligenciar as necessidades da população e aplicar o produto da privatização no pagamento de juros da dívida.

- Ai daquele governante que, alienando patrimônio público, amanhã não possa dizer ao povo onde pôs os recursos da privatização - comentou o senador, explicando que, mesmo pagando os juros escorchantes do sistema financeiro, no futuro, a dívida ativa de um estado poderá estar ainda maior que no início do processo de alienação do patrimônio. Em sua opinião, privatização nesses termos resultará num custo altíssimo para a população.

Daí por que Lúcio Alcântara aconselhou o investimento desses recursos em obras públicas viáveis e de interesse social, como hospitais, para que a população saiba onde está sendo investido o resultado da venda de patrimônio público. Ele congratulou Tasso Jereissati pelas opiniões emitidas sobre o assunto em entrevista concedida à revista *Veja*. E louvou a prudência do governador na destinação do produto das privatizações feitas no Ceará.